

# Seriedade no Orçamento

O Orçamento da União para 1992, peça indispensável à administração pública, anda completamente fora dos eixos no Congresso Nacional. Deputados insatisfeitos com os resultados das votações dos relatórios parciais na Comissão Mista do Orçamento chegam a afirmar que elas são totalmente nulas, por vício insanável de falta de **quorum**. Dos 120 deputados e senadores, aos quais se somam outros 120 suplentes, só por uma única vez compareceram 62 deles. A partir da votação do primeiro relatório parcial, o maior número alcançado de **quorum** foi de 42 parlamentares naquela Comissão.

Não fica aí a irregularidade, segundo comentam membros da própria Comissão Mista. As votações foram baseadas nos nomes constantes do livro de presença que ficava exposto a semana inteira à cata de assinaturas. Ao final, havia mais membros da Comissão ausentes de Brasília e do País do que propriamente nas reuniões daquela importante instância técnica e política do Congresso Nacional. Resultado: as votações foram feitas geralmente em regime de "sessão espírita", com um pequeno número de participantes, quase sempre os mais interessados nas suas matérias em tramitação.

O relator-geral do Orçamento tem sido visto raramente na Comissão e também pouco adiantaria sua presença permanente, pois quem dirigia os trabalhos, na prática, era o deputado Messias Góis, do PFL de Sergipe, que, com elogiável bom-humor, costuma dizer que é bom mesmo é no preparo de sarapatel. E tudo isso com a gostosa complacência do PT e do PSDB, que se aproveitando dessa falta de número fizeram o que quiseram do Orçamento de 1992 para não terem de denunciar a nulidade das reuniões, pois bastava um deles gritar para suspender o relatório parcial,

como fizeram com o Ministério da Ação Social e o DNER.

De qualquer forma, os 168 relatores parciais do Orçamento (isto mesmo: 168) ficaram com a parte do leão da futura Lei de Meios de 1992. As agressões chegaram ao extremo, como a imprensa registrou há dois dias e, lamentavelmente, funcionou, em grande parte, o regime do "toma lá, dá cá" dos interesses pessoais de parlamentares, para que as esquerdas concordassem com a aprovação. E chegou-se ao cúmulo de que, em alguns casos, quando parlamentares votaram contra algum relatório era previamente combinado para não se pedir a verificação do número e livrar a pele das acusações perante a opinião pública.

Agora, preocupado com o estado atual das coisas, o relator-geral quer consertar os erros, mas só quem poderá fazer isso, com pleno direito, é o próprio plenário do Congresso Nacional. De nada adiantam, no caso, as centenas de pessoas que estão a tratar do Orçamento no Prodasen, entre relatores, assessores especiais, funcionários e membros da Comissão. Só o plenário poderá corrigir a falta de autoridade e de competência que, infelizmente, permitiram que o exame do Orçamento da União para 1992 chegasse a esse ponto de confusão e de vulnerabilidade perante a opinião pública.

É lamentável que um instrumento tão importante na sociedade democrática, como é o Orçamento Geral da União, tenha chegado a essa balbúrdia na Comissão Mista. É preciso que, daqui por diante, os próprios parlamentares e mais a imprensa aumentem a sua vigilância sobre essa matéria, que é séria demais para ser apreciada a toque de caixa e com escândalos de troca de favores.